



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL (CRADS) – Ponta Delgada, 24 de outubro de 2022**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, no Hotel Royal Garden, na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, estando presentes os seguintes membros: -----

- Alonso Teixeira Miguel, Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, na qualidade de Presidente; -----

- Vânia Figueiredo Ferreira, representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores; -----

- Paulo Rafael da Silva, representante da Autoridade Marítima Nacional – Departamento Marítimo dos Açores; -----

- Rúben Medeiros, representante da Polícia de Segurança Pública; -----

- António Sousa, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana; -----

-Tiago Garrinhas, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana; -----

- Anselmo Falcão, representante da Inspeção Regional do Ambiente; -----

- Sónia Santos, Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores; -----

- Catarina Furtado, representante do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS); -----

- Valter Melo, representante da Federação Agrícola dos Açores; -----

- Ana Silva, representante da Federação de Pescas dos Açores; -----

- Eugénio Câmara, representante da Associação do Sector Florestal da Região Autónoma dos Açores; -----

- Francisco Rosa, representante da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores; -----

- José Leal, Rui Botelho, Paulo Barcelos, Ana Carvalho, João Medeiros, Rui Coutinho, Diogo Caetano, Paulo Costa e Verónica Neves, representantes de cada uma das organizações não governamentais de ambiente e equiparadas que estejam inscritas no registo regional a que se refere o artigo 8.º do presente diploma; -----

- Ana Paula Menezes, representante das escolas que mantenham programas de educação ambiental reconhecidas pelo departamento regional competente em matéria de ambiente,

eleito pelo Conselho Coordenador do Sistema Educativo de entre os presidentes dos conselhos executivos dessas escolas; -----

- Hélder Nunes, representante da Associação de Escutismo Católico dos Açores; -----

- Mário Reis, representante da Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores;

- Marco Furtado, representante da Delegação da Associação Nacional de Freguesias; -----

- Pedro Hintze Ribeiro, representante da Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural/Direção Regional da Agricultura; -----

- Filipe Tavares, representante da representante da Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural/Direção Regional dos Recursos Florestais; -----

- Mário Pinho, representante da Secretaria Regional do Mar e das Pescas/Direção Regional de Políticas Marítimas; -----

- Carolina Mendonça, representante da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas; -----

- Emanuel Barcelos, representante da Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos; -----

- Ana Rodrigues, representante da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; -----

Esta reunião teve a seguinte agenda: -----

1 – Tomada de posse dos novos membros do CRADS; -----

2 – Aprovação da ata do CRADS de 2 de novembro de 2022; -----

3 – Proposta de Portaria que procede à primeira alteração da Portaria n.º 25/2020 de 11 de março de 2020, que aprova o Regulamento de Acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico;

4 – Proposta de Portaria que procede à segunda alteração ao Regulamento de Circulação de veículos motorizados na Fajã da Caldeira de Santo Cristo e no troço do trilho PR1SJO, aprovado pela Portaria n.º 59/2018, de 4 de junho de 2018 e alterada pela Portaria n.º 119/2021 de 12 de novembro; -----

5 – Apresentação da Proposta do Plano Anual Regional para 2023 do Governo Regional dos Açores, nas áreas de competência da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas;

6 – Outros assuntos. -----

O Presidente deu as boas vindas aos presentes e agradeceu a sua comparência na reunião. -----

Transmitiu que cinco dos conselheiros justificaram a sua ausência, nomeadamente: o representante do Observatório do Mar dos Açores, o representante da AJITER – Associação Juvenil da Ilha Terceira, o representante da AFAMA – Associação Faialense dos Amigos dos Animais, o representante da Trybio – Associação de Produtores e Consumidores de Agricultura Biológica e o representante da Associação de Escuteiros de Portugal – Chefia Regional Açores Oriental. -----

CFB

Informou, ainda, que estariam presentes na reunião a Subdiretora Regional do Gabinete de Planeamento e Promoção Ambiental, Teresa Escobar Silva, os Adjuntos do Gabinete da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Adalberto Couto e André Castro, e a Coordenadora Científica do Geoparque Açores, Eva Lima, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 41.º do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua versão redação atual. -----

Tendo-se verificado existir quórum para prosseguir a reunião, nos termos do n.º1, do artigo n.º 48, do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua redação atual, o Presidente do CRADS deu início à ordem de trabalhos: -----

PONTO UM – Tomada de Posse dos novos membros do CRADS -----

O Secretário Regional procedeu à indicação do nome para a nova Secretária-Geral do CRADS, nomeadamente, Carla Alexandra Brasil Mota. Após apresentação e não havendo oposição por parte dos conselheiros foi-lhe conferida a posse como Secretária-Geral do CRADS, de acordo com o n.º 46, do n.º 1 do DLR n.º 19/2010/A, de 25 de maio, na sua redação atual. -----

Havendo representantes, designados recentemente, o Presidente do CRADS concedeu a posse aos seguintes conselheiros: Vânia Figueiredo Ferreira representante da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores; Paulo Rafael Silva representante da Autoridade Marítima Nacional – Departamento Marítimo dos Açores; Tiago Garrinhas representante do Comando Territorial dos Açores da Guarda Nacional Republicana; Sónia Santos representante do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores; Valter Melo representante da Federação Agrícola dos Açores; Ana Silva representante da Federação de Pescas dos Açores; Francisco Rosa representante da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores; Marco Furtado representante da representante da Delegação da Associação Nacional de Freguesias; Paulo Costa representante da Associação de Surf da Terceira; Mário Pinho representante da Secretaria Regional do Mar e das Pescas/Direção Regional de Políticas Marítima e Carolina Mendonça representante da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. -----

Os respetivos termos de posse foram assinados pelo Presidente e pelos empossados, sendo anexados à presente Ata, enquanto parte integrante da mesma. -----

PONTO DOIS – Aprovação da Ata da reunião do CRADS de 03 de março de 2022 -----

Considerando que a Ata da última reunião foi remetida a todos os conselheiros, através de correio eletrónico, foi proposto pelo Presidente que fosse dispensada a respetiva leitura, o que mereceu a aprovação unânime do Conselho. -----

O Presidente informou que foram recebidas algumas propostas de alteração à ata por correio eletrónico, nomeadamente, uma alteração enviada pelo Capitão Tiago Garrinhas, Chefe de Secção SEPNA do Comando Territorial dos Açores – GNR, que mencionava na página 1: “Bruno Faria, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana;”, sendo corrigida para “António Sousa, representante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana”, a Conselheira Verónica Neves em

representação da Asas do Mar propôs a alteração na página 6, onde se lia “numa superfície comercial” a correção para “nas superfícies comerciais visitadas” e o Conselheiro Pedro Hintze Ribeiro solicitou correção na página 9, onde refere “estatuto da economia circular” foi corrigido para “estatuto da agricultura familiar”. -----

Colocado o conteúdo da Ata à consideração do Conselho, não foi manifestada qualquer objeção ou apresentada qualquer proposta de alteração à sua redação. -----

Submetida à votação, a Ata da reunião do CRADS de 3 de março de 2022, foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRÊS – Proposta de portaria que procede à primeira alteração da Portaria n.º 25/2020 de 11 de março de 2020, que aprova o Regulamento de Acesso à Reserva Natural da Montanha do Pico -----

O Presidente do CRADS informou que a proposta de portaria foi remetida a todos os Conselheiros através de correio eletrónico e começou por mencionar que com a extinção da empresa Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza S.A. – Azorina, S.A., com efeitos a 31 de dezembro de 2021, foi necessário aperfeiçoar alguns dos normativos da Portaria existente. -----

Depois de enunciados os preceitos legais o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----

O Conselheiro Paulo Barcelos, representante dos Montanheiros, referiu que ao proibir crianças com menos de 12 anos de subir à montanha irá condicionar a subida dos turistas que trazem filhos com idade inferior à referida, pelo que deveria existir uma alternativa que permitisse a subida dos menores, através, por exemplo, de um termo de responsabilidade. -----

Usou da palavra Eugénio Câmara, representante da Associação do Sector Florestal da Região Autónoma dos Açores, para dar algumas notas sobre a sinalética existente no trilho, salientando que os marcos atuais não têm uma grande durabilidade, para além de não possuírem os refletores necessários. Referiu ainda que na zona da Casa da Montanha deveria ser instalado um poste com uma luz vermelha virada para a montanha. -----

Paulo Barcelos, deu nota da sua satisfação quanto à resolução da problemática existente nos Centros Ambientais, nomeadamente, a exploração dos bares, revelando que esta questão estava a colocar em causa a qualidade de visitação dos centros. -----

Usou da palavra, Tiago Garrinhas, representante do Comando Territorial dos Açores da Guarda Nacional Republicana, para propor uma proposta de alteração ao regime contraordenacional do diploma, em particular no caso de incumprimento, os indivíduos estrangeiros, de modo a procederem ao pagamento de uma caução, considerando que é difícil despoletar um processo contraordenacional a indivíduos que já não se encontram na Região. -----

José Leal, representante da Azorica, questionou o porquê da diferença de preços, referindo que uma pessoa que efetua uma subida autónoma tem de pagar 15€, sendo que ao subir com guia

paga apenas 5€. Referiu, ainda, que os marcos existentes na Montanha do Pico são insuficientes e que carecem de manutenção quer ao nível da sinalização, quer ao nível dos refletores. -----

Verónica Neves, representante da associação Asas do Mar, mencionou que há crianças com menos de 12 anos que já subiram à montanha do Pico com muito sucesso pelo que a idade mínima de subida devia ser revista. -----

O Conselheiro João Medeiros, representante da associação Azulinvade, realçou que os marcos não se encontram numerados e que devido à falta de refletores a subida de noite torna-se difícil. Mencionou que a idade mínima dos 12 anos deveria ser reconsiderada e deu ainda nota da insatisfação existente quanto à falta do bar na Casa da Montanha. -----

Rui Coutinho, representante da Quercus, questionou se haveria um impedimento do ponto de vista fisiológico para determinar a idade de 12 anos e que a questão da limitação de idade existente deveria ser reconsiderada. -----

Eugénio Câmara, representante da Associação do Sector Florestal, usou da palavra para dizer que o termo de responsabilidade dos pais iria colmatar as questões levantadas e alertou para a diferença entre as taxas aplicadas aos residentes e aos não residentes. -----

O Conselheiro Marco Furtado, representante da Delegação da Associação Nacional de Freguesias, referiu que o pagamento das taxas de entrada nestas áreas servia para um maior controlo das pessoas que os frequentam. Quanto à questão do limite etário de 12 anos salientou que deveria ficar explícito no termo de responsabilidade que, caso ocorra algum acidente, poderão ser imputados encargos financeiros aos montanhistas, sendo que a Região não tem responsabilidade sobre esse assunto. -----

O Conselheiro Paulo Barcelos indicou que os trilhos pedestres dos Açores estão a ser sinalizados de duas formas: através das cores, sendo que, recentemente, começaram a ser colocados os PRIS, marcos que estão a distâncias de 500 em 500 metros com numeração própria. Sugeriu que o trilho da montanha tivesse uma sinalização paralela que permitisse a quem sobe ou desce saber a que distância se encontra. -----

O Presidente do CRADS informou que em relação à questão dos 12 anos entendeu-se que esta poderia ser uma proposta razoável, mas colocou à consideração a proposta de interdição de crianças até aos 5 anos e acima dos 5 anos até aos 16 anos poderem subir mediante um termo de responsabilidade dos pais ou representante legal e acompanhadas por um adulto. -----

Em relação ao bar da Casa da Montanha, do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e do Centro de Monitorização e Investigação das Furnas comunicou que já foram abertos dois procedimentos para concessão de exploração daqueles três bares. No caso da Casa da Montanha, o primeiro procedimento teve apenas um único concorrente que não correspondia ao caderno de encargos pelo que foi excluído. Na abertura do segundo concurso não foram registadas candidaturas. Deu ainda nota que há uma reunião agendada com a Câmara do Comércio da Ilha do Faial, que abrange a ilha do Pico, para que possa prestar apoio nestes procedimentos. -----

Em relação aos marcos, o Presidente do CRADS transmitiu que foi efetuado um orçamento por parte da Associação de Guias da Montanha dos Açores para efetuar várias intervenções no trilho

da montanha, que incluem a limpeza, substituição e uniformização de marcos, colocação de bandas magnéticas, numeração, e com base no orçamento apresentado inicialmente, foi efetuado um procedimento, todavia, no período de resposta ao convite a Associação de Guias não apresentou uma proposta considerando que os preços apresentados inicialmente já não se encontravam atualizados. Face ao exposto, foi necessário proceder à elaboração de um novo procedimento, que se encontra atualmente decorrer. -----

Referiu ainda, que serão instituídos alguns procedimentos na Casa da Montanha, nomeadamente, a criação de um tutorial de boas práticas de utilização do trilho, bem como das especificações referentes ao calçado e aos equipamentos a utilizar, estando já prevista uma intervenção na requalificação do trilho, entre o marco 47 e a pedra dos Bordões, para regularização do piso. Revelou, ainda, que será criado um projeto para a requalificação do marco geodésico. -----

O Conselheiro Mário Pinho, representante da Secretaria Regional do Mar e das Pescas/Direção Regional de Políticas Marítimas, perguntou se existia informação estatística referente à visitação, nomeadamente, dados provenientes de equipamentos GPS. Questionou ainda se essa informação era gravada e analisada. -----

O Presidente do CRADS informou que as estatísticas estão todas disponíveis e que o seu acompanhamento e análise é efetuado pelos Bombeiros Voluntários da Madalena. -----

O Conselheiro Mário Reis deu nota que não se pode proibir a subida à Montanha do Pico a ninguém e referiu que uma das soluções será a utilização de um aparelho de triangulação. -----

O Presidente do CRADS comunicou que as subidas à Montanha do Pico são feitas com GPS o que permite a localização dos montanhistas a qualquer momento. -----

O Secretário Regional colocou então à consideração do CRADS a seguinte alteração à portaria: interdição da subida a crianças até aos 5 anos, e entre os 5 e os 16 anos, ser permitida apenas mediante um termo de responsabilidade dos pais ou representante legal e com acompanhado de um adulto. -----

A alteração apresentada acolheu a aceitação de todos os Conselheiros. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO QUATRO - Proposta de portaria que procede à segunda alteração ao Regulamento de Circulação de veículos motorizados na Fajã da Caldeira de Santo Cristo e no troço do trilho PR1SJO, aprovado pela Portaria n.º 59/2018, de 4 de junho de 2018 e alterada pela Portaria n.º 119/2021 de 12 de novembro

O Presidente do CRADS informou que a proposta de portaria foi remetida a todos os Conselheiros através de correio eletrónico. -----

Depois de enunciadas as alterações previstas o Presidente do CRADS anunciou a abertura das inscrições para pronúncia dos membros do Conselho. -----



Usou da palavra o Conselheiro João Medeiros para dar nota de que a circulação de veículos motorizados na Fajã da Caldeira de Santo Cristo encontra-se bem regulamentada. -----

O Presidente do CRADS aproveitou a ocasião para comunicar aos Conselheiros algumas das intervenções efetuadas na Caldeira de Santo Cristo, nomeadamente a inauguração da zona de apoio à visitação. Referiu ainda que o trilho se encontra em bom estado de conservação, tendo sido adquirida maquinaria no valor de cerca de 200.00,00€, para a sua manutenção, permitindo assim realizar as intervenções necessárias ao longo do trilho. Comunicou que está a ser preparado um projeto para reposição das guardas que se encontram degradadas, de modo a consolidar algumas das vertentes mais instáveis ao longo do trilho. Destacou, ainda, que está prevista a construção de um parque de estacionamento na zona dos Cubres e outro na zona do Poio. Nesta zona será também construído um albergue para as máquinas que operam na zona da lagoa. -----

Usou da palavra o Conselheiro Francisco Rosa para colocar a questão se quando falavam em novos residentes, falavam em residentes em permanência ou de novos residentes por via dos novos alojamentos existentes na zona. -----

O Presidente transmitiu que os novos residentes são em permanência. -----

Francisco Rosa deu nota de que ao abrir uma precedência poder-se-ia estar a liberalizar os acessos à Caldeira de Santo Cristo. -----

O Presidente deu razão à observação levantada pelo Conselheiro Francisco Rosa, mas esclareceu os presentes que o que se está a introduzir é apenas a isenção do horário de circulação para quem reside na Caldeira. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO CINCO - Apresentação da Proposta do Plano Anual Regional para 2023 do Governo Regional dos Açores, nas áreas de competência da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

O Secretário Regional começou por referir que o Plano de Investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para 2023 vai continuar a incidir nos eixos estratégicos que foram definidos no programa do XIII Governo Regional dos Açores, que assume o desenvolvimento sustentável como pilar transversal da ação governativa e que recai sobre os seguintes eixos: combate às alterações climáticas; conservação do património natural; gestão eficiente de resíduos e promoção da qualidade ambiental; ordenamento do território e gestão de recursos hídricos. -----

O Plano de Investimentos para 2023 prevê a conclusão de projetos que já tiveram início no decorrer da presente legislatura, nomeadamente, os seis projetos no âmbito do REACT-EU que representam um investimento total de 13 milhões de euros, dos quais 10,2 milhões serão executados em 2023. -----

Em 2023, estará também concluído o projeto piloto do Sistema de Depósito de Embalagens não reutilizáveis de Bebidas, que foi financiado no âmbito dos EEA GRANTS, projeto este no valor de 1 milhão de euros. -----

Este plano prevê também o início de novos projetos dos quais destacou o Regime Jurídico Financeiro de Apoio à Emergência Climática, com uma dotação de 400 mil euros, sendo que este montante provém da cobrança da taxa aplicada sobre a disponibilização de sacos de plástico na Região. Destacou, ainda, os três protocolos celebrados com o Fundo Ambiental, nomeadamente um para a Biorremediação de Solos Contaminados, com relevo para a contaminação dos solos na Praia da Vitória, projeto no valor de 500 mil euros, e o Estudo para a Proliferação da Alga *Rugulopteryx okamurae*, que tem afetado a Costa Sul da Ilha de São Miguel, a ilha do Faial e a ilha Graciosa. Neste âmbito referiu que serão estudadas formas de evitar o seu arrojamento, perceber as melhores técnicas para limpeza de areais, estando a decorrer um processo para aquisição de maquinaria para limpeza do areal de Porto Pim, bem como a valorização económica que se pode dar à alga, e, por último, o protocolo para Recuperação da Estufa do Palácio de Santana. -----

O Plano de Investimentos da Secretaria tem uma dotação significativa, que ascende aos 32,2 milhões de euros e representa um aumento de 17% em relação ao ano transato, no qual se inclui as operações de gestão da Orla Costeira. -----

No âmbito das alterações climáticas prevê-se um investimento de cerca de 1,4 milhões de euros a executar pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, para além do investimento de 1,2 milhões de euros repartidos pela Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural e pela Secretaria Regional do Mar e Pescas para dar continuidade ao Projeto LIFE IP CLIMAZ. -----

No âmbito do financiamento dos programas REACT-EU serão concluídos quatro projetos no âmbito das alterações climáticas, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores, o Projeto para a Melhoria de Conhecimento, Localização e Recuperação do Estado de Conservação de Solos Orgânicos e Trufeiras, o Projeto de Elaboração de Cartografia de Risco e Mitigação para as Alterações Climáticas e a Implementação do Sistema de Alerta de Cheias, em quatro Bacias da Região, nomeadamente a Ribeira Seca, em São Jorge, Ribeira do Dilúvio, no Pico, Ribeira da Agualva, na Vila Nova e Ribeira da Povoação, em São Miguel, constituindo um investimento de cerca de 1,5 milhões de euros. -----

O Secretário Regional deu ainda nota que está prevista uma dotação financeira de cerca de 150 mil euros para o projeto PLANCLIMAC. -----

No quadro das competências da Secretaria Regional outra das prioridades é a Conservação da Natureza e a Preservação da Biodiversidade, sendo que neste contexto os projetos LIFE assumem um papel de destaque, enquanto ferramentas operacionais, com um investimento de cerca de 3,4 milhões de euros, dos quais 1,4 milhões serão executados pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. -----

Referiu ainda que estão previstos investimentos no valor de 1,1 milhões de euros na Rede Regional de Ecotecas e Centros Interpretativos, que incluem as despesas inerentes aos vinte

edifícios que integram a rede, bem como um investimento de cerca de 180 mil euros para intervenções dos trilhos integrados nos Parques Naturais de Ilha. -----

Destacou ainda o investimento dos incentivos na manutenção da Paisagem Tradicional da Cultura da Vinha e de Pomares de Espécies Tradicionais, que prevê um total de 1,9 milhões de euros para 2023, ou seja, mais 100 mil euros do que em 2022. -----

Quanto ao nível da Promoção e Qualidade Ambiental destacou o Acordo realizado com o Fundo Ambiental para Biorremediação e Restauro de Solos Contaminados, no montante de 500 mil euros. Projeto este que tem como objetivo o estabelecimento de uma estação experimental para testar o fitorremediador dos fungos micorrízicos arbusculares em solos contaminados por metais pesados e hidrocarbonetos. -----

O Presidente do Conselho Regional acrescentou ainda que no âmbito do fomento da economia circular será concluída a reestruturação dos Centros de Processamento de Resíduos e apetrechamento para adaptação ao processo de compostagem de recolha seletiva, com uma verba prevista de cerca 2 milhões de euros. No âmbito da Economia Circular destacou a conclusão do Roteiro para a Economia Circular, com um investimento previsto para 2023, no valor de 185 mil euros. -----

Referiu ainda a continuidade da implementação do Sistema de Depósito de Embalagens não reutilizáveis de Bebidas nos Açores, com uma verba de 245 mil euros, que se destina essencialmente para o pagamento das compensações de 0,05 cêntimos por embalagem, manutenção das máquinas, aquisição da aplicação móvel e prestações de serviços no âmbito do projeto. -----

O Secretário Regional anunciou também uma dotação de 550 mil euros para o programa “Eco-Freguesia, Freguesia Limpa” terá uma dotação de 550 mil euros. -----

Realçou ainda o início do Plano Regional para o Radão e Monitorização Ambiental da Radioatividade, com uma dotação de 50 mil euros, cujo objetivo será a concretização de um protocolo para apoio técnico especializado à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e, a manutenção preventiva dos equipamentos de estações de monitorização de qualidade do ar que conta com uma verba de cerca de 150 mil euros. -----

O Presidente do Conselho Regional acrescentou que ao nível do Ordenamento do Território e da Gestão de Riscos Naturais, as ações de implementação do Sistema de Gestão Territorial e de Avaliação e Revisão e Alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial terão uma dotação de cerca 175 mil euros, no qual se pretende efetuar a adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional à Região Autónoma dos Açores, conclusão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira da ilha Terceira e de São Miguel e o início dos processos de alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo. -----

Para a Elaboração das Orientações Estratégicas para a delimitação da Reserva Ecológica Regional está previsto um investimento de 87 mil euros, enquanto que para a manutenção do SIRGIC está imputada uma verba de 143 mil euros. -----

Para além da produção de Cartografia de Risco e a continuidade do Projeto AZMONIRISK, para Prevenção de Riscos Naturais, está previsto um investimento no valor de cerca de 175 mil euros

para aquisição do sistema de monitorização, alerta e alarme para segurança dos visitantes na Furna do Enxofre, na Graciosa, bem como no sistema de observação e instrumental de deteção de propulsores de atividade geomorfológica na Ponta da Fajã, na ilha das Flores. -----

Em relação aos Recursos Hídricos da Gestão Costeira continuará a monitorização da Rede Hidrográfica, com um investimento de 800 mil euros. Para monitorização do ciclo hidrológico está prevista uma verba de cerca de 200 mil euros, sendo que, para a Monitorização Qualitativa das Massas interiores e Transição está prevista uma dotação de 155 mil euros. No âmbito da Monitorização do Estado Trófico de Lagoas está prevista uma verba de 75 mil euros. -----

No âmbito da Gestão do Plano da Rede Hidrográfica, do Plano de Gestão de Inundações e do Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água, o Presidente do Conselho informou ainda que está previsto um investimento de 135 mil euros, enquanto que para a requalificação da Orla Costeira está prevista uma dotação de 420 mil euros. Concluiu, referindo os investimentos que serão executados pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, num total de 13,4 milhões de euros, realçando as seguintes intervenções: -----

- Intervenção no complexo das infraestruturas de Porto Pim, com um investimento de 1 milhão de euros. -----
- Gestão e requalificação da Orla Costeira, no valor de 8,1 milhões de euros. -----
- Planeamento e Promoção Ambiental, num investimento de 1,3 mil milhões de euros, que incluem a empreitada de construção do edifício e instalação do Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas da Ilha do Corvo; Projeto para a Requalificação do Acesso Viário, Drenagem Superficial à Furna do Enxofre, na Graciosa; Empreitada de Recuperação da Estufa do Palácio de Santana; Empreitada de Construção do Centro de Interpretação do Algar do Carvão e Empreitada de Requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo. -----
- Conservação da Natureza e Biodiversidade com um valor de 230 mil euros, que compreende a Elaboração do Projeto para a Empreitada de Reestruturação da Zona de Lazer das Sete Cidades; Apoio à Visitação na Lagoa do Congo; Apoio à Visitação no Pólo de Pedro Miguel, no Jardim Botânico do Faial e Apoio à Visitação no Monte da Guia no Faial. -----
- Recursos Hídricos e Requalificação da Rede Hidrográfica com um investimento de 1 milhão de euros que incluem a Empreitada de Consolidação de um Talude na Ribeira da Conceição, no Faial; Empreitada de Estabilização do Talude Adjacente a moradias na Rua Cabo da Vila, na Lagoa; Empreitada de Desvio da Ribeira da Grota de São Caetano, no Pico; Empreitada de Preparação dos Muros de Suporte nas Margens da Ribeira Quente, na Povoação e Empreitada de Construção de Bacias de Retenção dos Caudais Sólidos nas Ribeiras da Zona Sudoeste, da Ilha Terceira. -----
- Um investimento de 2 milhões de euros destinado a intervenções nos Centros de Processamento de Resíduos das Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria. -----

Finalizou a sua intervenção referindo que estas são as principais linhas que estão presentes no Plano e Orçamento para 2023 nas áreas da competência da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. -----

Terminada a exposição foi aberto um período de discussão para que os conselheiros pudessem colocar as suas questões. -----

O Conselheiro Eugénio Câmara deu conta da sua preocupação por verificar que nas Sete Cidades não haverá nenhuma intervenção, em particular, na ribeira que se encontra assoreada, referindo ainda que se continua a assistir a uma intensa atividade pastoral agrícola na bacia. ---

Mencionou que devia haver uma preocupação com a desratização nas ilhas, e que este processo nunca ocorreu do mar à montanha. Manifestou ainda, a sua preocupação em relação ao que está a acontecer na Lagoa do Fogo, nomeadamente, com a colocação de cancelas em terrenos privados. -----

O Conselheiro Diogo Caetano, representante dos Amigos dos Açores, começou por saudar a iniciativa de se discutir a proposta de orçamento quando esta encontra-se em curso. Deu nota que ao longo dos últimos dois anos verificou-se que não há conhecimento da execução das iniciativas apresentadas, dando como exemplo as Cartas de Desporto de Turismo e Natureza, a Revisão da Reserva Ecológica e a Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território. Deu ainda a sugestão, que eventualmente, antes de se discutir o Plano para os anos seguintes talvez se devia discutir a execução dos anos transatos. -----

Referiu que o Plano não é muito explícito e é difícil compreender o alcance de algumas das medidas. Quanto aos Projetos LIFE referiu que por vezes não é perceptível a implementação das medidas que estão sendo executadas, dando como exemplo a questão das invasoras. -----

Assinalou que por mais de uma vez foram solicitados os estudos de capacidade de carga de vários locais, como por exemplo o Ilhéu de Vila Franca do Campo, o Miradouro da Lagoa do Fogo e continuam a não ser divulgados dentro do CRADS. -----

Em relação ao Sistema de Informação Territorial referiu que o *website* está inativo, contrastando com o *website* do Ordenamento do Território em que a informação tem evoluído, o que dificulta a utilização destas ferramentas pelos cidadãos. -----

Paulo Barcelos, representante dos Montanheiros, questionou a necessidade do programa “Eco-Freguesia, Freguesia Limpa” necessitar de uma verba de 550 mil euros, considerando que uma das obrigações do programa é que sejam as Juntas de Freguesia realizarem as limpezas, embora seja, uma obrigação da Secretaria Regional identificar e acompanhar os trabalhos, pelo que interrogou se a limpeza ativa era efetuada pela Secretaria. -----

O Conselheiro Mário Reis deu nota que o balanço da execução nunca é efetuado, e que se dá início à discussão de novos planos sem se ter efetuado um balanço, solicitando que essa análise seja fornecida no CRADS. -----

O Presidente do Conselho referiu que o projeto referente à cartografia, no âmbito do REACT-EU, irá permitir a realização de cartografia de pormenor de galgamentos de zonas costeiras, de bacias hidrográficas para aperfeiçoar e atualizar as cartas de suscetibilidades de movimentos de vertentes. Isto só é possível com a realização de um conjunto de levantamentos fotogramétricos de grande precisão, que por sua vez possibilitarão efetuar modelos tridimensionais do terreno que irão servir de base para a cartografia de pormenor. -----



O Secretário Regional referiu ainda que o Roteiro da Neutralidade Carbónica vai permitir avaliar o potencial de redução dos efeitos de gases de estufa por setor de atividade. Esclareceu que no caso do balanço de emissões por efeito de estufa é realizado em dois níveis: a redução das emissões e o aumento dos sequestros, dando conta que estes projetos só avançaram atualmente por só agora se verificar financiamento a 100% para a sua execução. -----

Quanto ao programa “Eco-Freguesia, Freguesia Limpa” o Secretário Regional informou que a respetiva verba não permanece na Secretaria Regional, sendo transferida para as Juntas de Freguesia para que estas possam efetuar os trabalhos de limpeza em espaços públicos, linhas de água e orla costeira. -----

O Presidente do Conselho referiu ainda que um Plano e Orçamento não pode ser muito mais específico do que o que já é apresentado. Deu nota que todos os projetos da Secretaria Regional têm a respetiva informação publicada e disponível ao público, inclusivamente os projetos LIFE, cada um deles, com uma página de internet própria que inclui o respetivo nível de execução permanentemente atualizado. -----

Informou também que a Secretaria Regional está a desenvolver uma estratégia de intervenção no âmbito do controlo e combate às invasoras, estratégia essa que contém um conjunto de listagens de espécies exóticas, nativas e endémicas, que irão culminar na Revisão do Regime Jurídico da Proteção da Conservação da Natureza e Preservação da Biodiversidade. Indicou que a compilação das listas está terminada, sendo agora apenas necessário realizar a devida transposição e correção do respetivo diploma. -----

Em relação às Cartas de Desporto da Natureza o Secretário Regional salientou que prevê a conclusão das da Ilha Terceira e São Miguel, já no presente ano de 2023. -----

O Conselheiro Rui Botelho deu nota que em 2019 já havia uma proposta de Carta para a ilha de São Miguel. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Ana Rodrigues, esclareceu que efetivamente já havia alguns trabalhos iniciados neste âmbito e que o processo está a ser efetuado com base nos dados recolhidos até ao momento, acrescentando que as questões relacionadas com as capacidades de carga das diversas zonas estão em andamento. Afirmou, ainda, que este ano estarão concluídos os Planos dos Parques Naturais, o Plano de Gestão da Lagoa do Fogo, o Plano de Ação de Paleoparque de Santa Maria, a Revisão do DLR n.º 15/2012/A, os Censos dos Pombos Torcaz e Rolas Turcas, a Monitorização dos Planos das Reservas da Biosfera e o Plano de Ação do Geoparque Açores. -----

O Secretário Regional informou ainda que durante o presente ano esteve em análise uma proposta de revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial com adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional à Região, no entanto, após parecer jurídico foi decidido desenvolver os dois processos de forma autónoma, prevendo-se que em 2023 o Diploma que adapta a Reserva Ecológica à Região esteja concluído. -----

O Presidente do Conselho referiu também que estão disponíveis as demonstrações da implementação que ocorreram na definição das capacidades de carga, incluídas nos respetivos regulamentos. -----

Relativamente às Sete Cidades o Secretário Regional afirmou que efetivamente é necessário corrigir algumas das opções que foram tomadas no passado ao nível da utilização do uso do solo. Mencionou que existem diversos trabalhos a decorrer, designadamente através, do projeto LIFE IP CLIMAZ que inclui um projeto-piloto para a redução do encabeçamento e testagem de pastagens bio diversas, mais resilientes às alterações climáticas. Acrescentou ainda que a Secretaria se candidatou a um projeto do Fundo Ambiental, no valor de 6 milhões de euros, para reconversão, reflorestação de zonas de pastagem referindo ainda o projeto Rede de Estações de Biodiversidade, no âmbito do PO 2020-2030, que também incide nessa matéria. -----

A Conselheira Carolina Mendonça, representante da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, usou da palavra para informar que enquanto representante da SRTMI, iria averiguar internamente a situação relativa à colocação das cancelas na Lagoa do Fogo. Informou ainda os Conselheiros que no âmbito da subscrição da Cartilha da Sustentabilidade, os diversos departamentos do governo assumiram o compromisso, através da SRTMI, de monitorizar a capacidade de carga de locais de interesse turístico em cada ilha com vista a restringir o acesso a locais com maior pressão. -----

O Conselheiro Rui Coutinho aproveitou a ocasião para dar nota da sua preocupação quanto às espécies invasoras, nomeadamente em alguns dos locais onde ocorreram intervenções, como o corte de flores realizado para evitar a sua proliferação, considerando o aumento das plantas existentes em alguns dos locais, sobretudo na Serra Devassa e na Zona do Monte Escuro. -----

O Secretário Regional deu nota que os Serviços de Ilha trabalham todos os dias no combate às espécies invasoras, quer seja através de recursos próprios ou através dos projetos LIFE. Destacou ainda que, dentro das áreas protegidas, os métodos utilizados são limitados, uma vez que os trabalhos são manuais ou moto manuais. -----

O Diretor Regional do Ordenamento do Território, Emanuel Barcelos, interveio para esclarecer algumas das questões levantadas no âmbito da sua área de intervenção, dando nota que embora não esteja discriminado no Plano e Orçamento para 2023, estão previstas diversas ações neste âmbito, nomeadamente um novo trabalho de desassoreamento da bacia de retenção das Sete Cidades. Informou ainda que o próprio plano tem uma ação referente ao ordenamento da Lagoa das Sete Cidades, designadamente a requalificação da rede viária da zona da península. -

Em relação, à implementação dos Planos de Ordenamento da Bacia Hidrográfica, informou que está a ser efetuado um levantamento dos trabalhos que foram concretizados e dos que se encontram em falta, por forma a avançar com o lançamento do procedimento para execução das ações necessárias. Quanto à Reserva Ecológica mencionou que havia uma proposta de revisão do sistema jurídico da gestão territorial da RAA, com a adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, no entanto, foi solicitado um parecer externo e verificou-se que juridicamente o documento não estava bem consolidado, pelo que se decidiu não avançar com a sua implementação. -----

O Conselheiro Pedro Hintze Ribeiro, referiu que há vários responsáveis pela implementação do Plano Integrado de Combate aos Roedores, e que considera que são atribuídas responsabilidades excessivas ao setor agrícola, quando existem muitos outros com obrigações,

nomeadamente, os municípios e os próprios cidadãos que têm a obrigação de controlo integrado dos roedores. -----

Aproveitou ainda a ocasião para esclarecer que quanto à situação aos animais fechados na Bacia Hidrográfica das Sete Cidades, desde o início deste Governo, que há uma articulação entre as entidades, PSP, GNR e Inspeção do Ambiente e que nas situações, em que são detetadas situações de irregularidade, são levantados autos e processos de contraordenação. -----

O Inspetor Regional do Ambiente, Anselmo Falcão, realçou que efetivamente o diploma referente aos roedores é repartido em várias competências, sendo que é um trabalho que tem que ser desenvolvido por todos. -----

Destacou ainda que a IRA tem levado a cabo ações incisivas e discretas no combate às espécies invasoras. -----

O Conselheiro Rui Botelho informou que em relação às Cartas de Desporto de Natureza efetivamente foi efetuado um trabalho para o Parque de Ilha de São Miguel no âmbito do projeto LIFE Terras do Priolo, em 2019, e que esse trabalho possui boas bases que deviam ser seguidas, ressalvando que alguns dos dados já carecem de atualização. -----

Sugeriu ainda que os projetos de Recuperação de Trufeiras e de Captura de Carbono fossem apresentados ao CRADS e, quanto aos roedores, propôs que fosse delineada uma estratégia transgovernamental a nível ilha. -----

Solicitou ainda informação sobre o afundamento do navio Felicity Ace, nomeadamente, os dados de monitorização. -----

O Secretário Regional deu a indicação de que para o próximo CRADS poderia ficar agendada a apresentação dos seis projetos no âmbito do REACT-EU. -----

Tomou da palavra o Conselheiro Valter Melo, representante da Federação Agrícola dos Açores, para salientar que, em relação à aplicação de estrumes e chorumes, se deveria uniformizar a legislação existente, designadamente ao nível dos municípios e da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Evidenciou que as alterações à Reserva Ecológica deviam ter em atenção os agricultores, nomeadamente, as áreas destinadas às ordenhas. -----

O Diretor Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos esclareceu que está a ser efetuada a adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional à Região, considerando que este possui um conjunto de diferentes tipologias, e que na Região podem ter aplicações diferentes do que aquilo que existe a nível nacional. No que diz respeito à delimitação da Reserva Ecológica esta é apresentada pelos Municípios. Destacou ainda que há tipologias de Reserva Ecológica que permitem a construção até uma determinada dimensão, enquanto outras, como por exemplo a faixa de proteção das linhas de água, são extremamente restritivas ao nível daquilo que se pode fazer numa faixa de 10 metros. -----

O Conselheiro Paulo Costa, representante da Associação de Surf da Terceira, questionou se nas Cartas de Desporto da Natureza que estão a ser efetuadas os desportos de deslize de ondas estão inclusos. Referiu ainda que a Revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira é uma questão sensível, considerando que já foram efetuadas algumas intervenções na costa que

tiveram efeitos negativos, quer a nível ambiental, quer a nível da qualidade das ondas e a nível da segurança das pessoas no acesso à zona, em específico no Terreiro de São Mateus. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas informou que será feita uma consulta pública às diversas entidades que estão envolvidas nas referidas matérias. -----

O Diretor Regional do Ordenamento do Território referiu que a intervenção no Terreiro de São Mateus foi executada na sequência dos danos causados pelo Furação Lorenzo, por isso foram dispensados diversos requisitos, conforme previsto no Diploma, tendo a referida intervenção sido efetuada pelo Município. -----

Deu ainda nota que serão efetuadas um conjunto de intervenções no âmbito do POOC e obras de defesa costeira. -----

Tomou a palavra o conselheiro Paulo Barcelos para solicitar que, aquando da reanálise da lista das espécies invasoras, a mesma fosse partilhada com entidades que possam ter interesse na matéria. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas informou que, assim que possível, as entidades serão contactadas para análise e contributos à lista de espécies invasoras. -----

A Conselheira Catarina Furtado, representante, do CNADS, destacou que o projeto do Miradouro da Lagoa do Fogo não consta do Plano e Orçamento questionando o que é que a SRAAC pretendia fazer em relação ao assunto. -----

O Presidente do Conselho referiu que o anúncio da obra refere o Algar do Carvão e Lagoa do Fogo, e que ocorreu uma reestruturação da rubrica, tendo-se introduzido os valores das duas obras numa só, a da requalificação de centros interpretativos. Acrescentou que estão previstos para o Algar do Carvão 500 mil euros e para a Lagoa do Fogo 250 mil euros. -----

Referiu ainda que o PO 2020 previa a execução de todas as faturas até ao final de 2023 tendo em conta o prazo de execução das obras pelo que se transitou a candidatura do PO 2020 para o PO 2030. No caso do Algar do Carvão o Secretário Regional deu conta de que o processo já estava nas Obras Públicas à espera do lançamento do procedimento e abertura do aviso por parte dos Fundos Estruturais, e no caso da Lagoa do Fogo, aguarda a receção do orçamento por parte da EDA para colocação de um PT de fornecimento de energia ao miradouro. -----

O Conselheiro Diogo Caetano pediu a palavra para questionar o ponto de situação da construção da incineradora de São Miguel. -----

A Diretora Regional informou que o RECAP foi aprovado, tendo a licença sido emitida e publicada, e que já se deu início à preparação da obra. Deu nota que o objetivo é terminar todas as obras necessárias para o tratamento mecânico, biológico dentro do prazo para o qual existe financiamento da UE. -----

O Conselheiro João Medeiros demonstrou a sua preocupação em relação à Prainha de Angra, dando nota que este ano a bandeira vermelha foi hasteada doze vezes. Deixou registado que a monitorização e as análises do Delegado de Saúde da Terceira obrigaram a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a colocar a bandeira vermelha. -----

O Diretor Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos salientou que no âmbito do contrato para a monitorização da qualidade das águas balneares na Região a empresa contratada efetuou análises de monitorização, de quinze em quinze dias, e sempre que foram detetadas situações de inconformidade foram devidamente comunicadas ao Delegado de Saúde de Ilha para que atuasse em conformidade, tendo sido hasteada a bandeira vermelha sempre que necessário. -----

Informou ainda que se encontra a decorrer, até março de 2023, o projeto ABACO em que durante a época balnear foram recolhidas várias amostras referentes à qualidade do areal, com vista à implementação da ISO 1309, onde foram analisados diversos parâmetros. Informou ainda que o projeto tem como objetivos, nomeadamente, preservar a qualidade das águas e propor ferramentas para a gestão das zonas balneares e reduzir o risco de contaminação por derrames e estudar indicadores do estado ecológico das águas costeiras. -----

O Conselheiro Eugénio Câmara questionou o que tem sido executado ao nível da monitorização das águas interiores, especialmente nas Sete Cidades. -----

O Diretor Regional transmitiu que decorre, até meados de 2023, um contrato de monitorização operacional das massas de água da RAA, no âmbito da Diretiva do Quadro da Água, através de um consórcio entre a Fundação Gaspar Frutuoso e o INOVA Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores. Informou ainda que são efetuadas contra-análises, mensalmente, no Laboratório dos Recursos Hídricos, à Lagoa das Sete Cidades, Lagoa das Furnas e Lagoa do Fogo. -----

Não existindo mais intervenções, o Presidente do Conselho passou ao ponto seguinte. -----

PONTO SEIS – Outros assuntos

A Conselheira Verónica Neves agradeceu o envio da informação remetida sobre os resíduos produzidos pelos navios de cruzeiro, mas após a análise da informação disponibilizada verificou que estes dizem respeito a dois anos, 2020 e 2021, que não representam a realidade. Os anos apresentados representam apenas entre 3 a 5% de um ano normal dos navios de cruzeiro. Trata-se de 8 e 11 escalas, enquanto em 2017 houve 153, e que em 2022 provavelmente já ocorreram mais de 152, prevendo-se que até ao final do ano sejam mais 200. Solicitou, portanto, que fosse remetida informação relativa ao período de 2015 a 2019. -----

Agradeceu também o envio da informação relativa às gaivotas, no entanto, referiu que este assunto merece uma discussão mais alargada, dando como sugestão a sua discussão na primeira reunião de 2023 ou em outra ocasião. -----

O Conselheiro Paulo Costa, representante da Associação de Surf da Terceira, apresentou o trabalho que tem sido efetuado pela Associação em termos da proteção da Orla Costeira e das intervenções que têm sido realizadas, no entanto, salientou que a Associação não concorda com a forma como foram executadas. No seguimento da insatisfação sentida, a comunidade do Surf criou o projeto Safe Azores Waves, deste modo pretende-se que haja um enquadramento legal que permita a proteção de algumas das áreas costeiras que têm ondas. Referiu ainda que as Cartas de Desporto da Natureza são importantes e que devem ser criadas no âmbito das práticas náuticas. -----

O Presidente do Conselho informou que já teve reunido com o Presidente da Save the Waves Coalition, ocasião em que apresentou o projeto e referiu que neste momento todos os contributos para a proteção dos recursos naturais e proteção da biodiversidade são sempre bem-vindos. Deu ainda nota que foi transmitido ao Presidente da Associação Save the Waves Coalition que este é o momento chave e que deverá ser aproveitado por forma a encontrar um enquadramento para proteger os locais destinados à prática. -----

Em relação à questão colocada pela conselheira Verónica Neves referiu que efetivamente os dados são apenas referentes a 2020, mas que serão reunidos os dados referente ao ano 2019.

Tomou a palavra a Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para informar que os dados não foram fornecidos de imediato considerando que não são recebidos desagregados por tipologia de cruzeiro e, portanto, tiveram de ser solicitados à Portos dos Açores. -----

O Secretário Regional destacou que terá de ser encontrado um momento para se discutir sobre as gaivotas, podendo este assunto ser inscrito num próximo Conselho do Ambiente, referiu ainda que os dados que forem solicitados serão disponibilizados por e-mail após a sua recolha.

O Conselheiro Rui Botelho, representante da SPEA, questionou que equipa liderou o documento apresentado ao CRADS, considerando que devia ser analisado mais profundamente. Salientou que os dados de referência são de 2004 e, que os trabalhos apresentados são desde 2017, quer na Lagoa do Fogo, quer no Ilhéu de Vila Franca, mas não refere a monitorização da população de gaivotas as nesses períodos. -----

Relativamente aos métodos de afugentamento que têm sido utilizados no Ilhéu de Vila Franca, em particular, os fios de nylon, solicitou que depois da avaliação, que será efetuada pela Secretaria Regional que fossem apresentados os respetivos resultados. -----

A Diretora Regional esclareceu que o documento apresentado consiste num relatório preliminar, preparado especificamente para dar resposta ao solicitado no CRADS, havendo uma equipa a trabalhar atualmente neste assunto. Refere que os métodos apresentados são do trabalho que foi sendo realizado desde 2017 a 2022 na área protegida para a Gestão de Habitats e Espécies do Ilhéu de Vila Franca do Campo, onde foram identificados os ninhos e os ovos removidos em cada ano. Na realização dos trabalhos verificou-se que há que colmatar necessidades específicas para se ter uma noção mais concreta do número existente de aves desta espécie. -----

Informou ainda que na Reserva Natural da Lagoa do Fogo também foram efetuados trabalhos, nomeadamente a inviabilização dos ovos com recurso a técnicas mecânicas, tendo já sido inviabilizados 4110 ninhos e 9547 ovos, desde o início do processo. -----

A Conselheira Carolina Mendonça deu nota que no âmbito do DMO existem as Green Teams por ilha que são constituídas pelos Municípios locais, um representante do Turismo, Organizações Não Governamentais de cariz ambiental, cultural e social e o respetivo Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas. Ao nível dos resíduos verificou-se uma preocupação ao nível das problemáticas dos resíduos de cruzeiros, tendo sido transmitido à DMO que todos os resíduos provenientes de cruzeiros internacionais, independentemente, de já virem separados por



tipologia, são considerados um subproduto animal, devido ao risco de contaminação, e acabam por ser enviados para a inceneração. -----

A Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas esclareceu que todos os resíduos são encaminhados para destino final adequado, nomeadamente, para a empresa Varela, Lda., em Ponta Delgada, RESIAÇORES – Gestão de Resíduos dos Açores ou Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, na Praia da Vitória, dependendo do tipo de resíduos, e para o Centro de Processamento de Resíduos na Horta. -----

A Conselheira Verónica Neves referiu que apesar da informação referente às gaivotas ser agora divulgada, refere que não há uma caracterização da situação de referência, ou seja, não se sabe qual era a situação anterior e qual é a situação de agora. -----

Ana Rodrigues, salientou que a situação exposta foi identificada, mas tem sido efetuado um trabalho no sentido de compilar toda a informação de censos que já tinham sido realizados e que já estão a ultimar a compilação dos dados existentes. -----

O Secretário Regional realçou que é necessário compilar os dados e deu nota que as métricas são de extrema importância e que só através da compilação dos dados é possível definir estratégias para esta espécie. -----

O Conselheiro João Medeiros questionou a Diretora Regional no sentido de saber se todos os resíduos dos navios de cruzeiro vão para inceneração. -----

A Diretora Regional informou que não, no entanto, iria averiguar quais as tipologias que eram encaminhadas para inceneração. -----

O Conselheiro Rafael da Silva, representante da Autoridade Marítima Nacional – Departamento Marítimo dos Açores, referiu que a proliferação das escolas de surf e o aumento do número de alunos é conflituante com a prática balnear, em especial na época designada para o efeito, estando em causa o DLR 16/2011, em que a prática balnear prevalece sobre qualquer outra atividade desde que haja conflito. Referiu que a prática de surf ainda se encontra restrita à ilha de São Miguel, em particular, no Concelho da Ribeira Grande, e que ainda se pode trabalhar com a entidade gestora, mas que a breve trecho haverá matéria que terá que ser acautelada para que subsista um uso racional de todos os interessados. -----

O Secretário Regional evidenciou que a intervenção do conselheiro Rafael da Silva é um bom alerta, sendo que é necessário suprimir eventuais conflitos na utilização das zonas balneares. --

Eugénio Câmara, solicitou, se possível, uma discussão técnica sobre a utilização das luzes LED amarelas em vez das brancas. -----

O Presidente do Conselho registou a preocupação e deu nota que o processo de substituição das luminárias depende das Câmaras Municipais e da EDA, no entanto, salientou que iria questionar quais os fundamentos para utilização de uma luz em detrimento da outra, de modo a esclarecer a questão levantada. -----

O Conselheiro Rui Botelho informou que a SPEA tem efetuado trabalho nesse âmbito e que teria todo o gosto em partilhar esses dados no próximo CRADS. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por terminada a reunião do CRADS, realçando que estes encontros têm sido muito produtivos, e que é com grande satisfação que verifica que há preocupação com as políticas de ambiente. -----


Terminou, agradecendo a presença e a participação de todos os e deu por concluída a reunião, quando eram dezasseis horas e cinco minutos, tendo sido lavrada a presente Ata, que eu, na qualidade de secretária-geral do CRADS, redigi e subscrevo. -----



Carla Alexandra Brasil Mota

Aprovada, em A. Heroísmo, ilha Terceira, ao vigésimo quarto dia de 2023.

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas



Alonso Teixeira Miguel

